

## SIMULADO – ETICA, DIREITOS/DEVERES E SUSTENTABILIDADE NA ANAC (CEBRASPE: C/

Como responder: marque C ou E. Responda em lista: 1C 2E 3C ...

Observacao: gabarito mais heterogeneo, com maior proporcao de itens ERRADOS para treino.

- 1 - O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal foi instituído pelo Decreto 1.117/1994 e se aplica apenas a servidores de ministérios. ( )
- 2 - O Decreto 1.171/1994 prevê Comissões de Ética apenas nos órgãos da administração direta, não se aplicando a entidades da administração indireta. ( )
- 3 - Segundo o Código de Ética, o servidor não pode omitir ou falsear a verdade, ainda que contraria a interesses da própria pessoa interessada ou da Administração. ( )
- 4 - O Código de Ética permite que simpatias e antipatias pessoais influenciem o trato com o público, desde que não haja prejuízo material. ( )
- 5 - O Código de Ética estabelece que o servidor deve abster-se, de forma absoluta, de exercer função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais. ( )
- 6 - As Comissões de Ética previstas no Decreto 1.171/1994 se limitam a órgãos da ANAC, não alcançando outros órgãos federais. ( )
- 7 - O código de ética e conduta dos agentes públicos da ANAC foi publicado pela Resolução 569, de 25/06/2021. ( )
- 8 - A previsão de regras escritas pode aumentar clareza e padronização de condutas, o que é coerente com a existência de códigos de ética no setor público. ( )
- 9 - A ética do servidor público se limita ao ambiente de trabalho, não alcançando condutas fora do horário de expediente. ( )
- 10 - O interesse público pode ser relativizado sempre que o servidor tiver motivo pessoal, pois ética é sempre subjetiva. ( )
- 11 - Impessoalidade pressupõe tratamento isonômico e evita favorecimentos por simpatia pessoal. ( )
- 12 - O trecho do Código de Ética que vedava interferência de paixões e interesses pessoais no trato alcança usuários, jurisdicionados e colegas, independentemente da posição hierárquica. ( )
- 13 - A expressão "abster-se, de forma absoluta" reforça que o desvio de finalidade pode ser éticamente reprovável mesmo sem ilegalidade formal. ( )
- 14 - Códigos de ética são meras peças de comunicação e não tratam de deveres ou vedações. ( )
- 15 - O Código de Ética federal, por ser decreto aplicável ao Poder Executivo Federal, tem alcance geral e não se limita a um órgão específico. ( )
- 16 - O Código de Ética do servidor público federal é um decreto (não uma lei ordinária) e organiza parâmetros de conduta no Poder Executivo Federal. ( )
- 17 - O Código de Ética afirma que a mentira pode ser aceitável quando evita desgaste institucional, pois preserva a imagem do Estado. ( )
- 18 - No contexto da ANAC, a atividade regulatória não envolve decisões que afetem direitos de particulares, por isso a conduta ética individual é irrelevante. ( )
- 19 - A existência de comissões de ética é um elemento de governança de integridade que complementa mecanismos disciplinares e de correção. ( )
- 20 - O material menciona um código de ética e conduta da ANAC publicado em 2020, como guia adaptado ao ambiente institucional da Agência. ( )
- 21 - A Lei 8.112/1990 regula exclusivamente empregados celetistas de empresas estatais. ( )
- 22 - O material indica ser permitido ao servidor administrar sociedade privada desde que fora do horário de expediente. ( )

- 23 - O material proibe qualquer participacao societaria, inclusive como acionista, por configurar exercicio de comercio. ( )
- 24 - O material indica que o servidor pode participar de associacoes e fundacoes, nao se confundindo com exercicio de comercio. ( )
- 25 - Receber presentes oferecidos por quem tenha interesse em decisao do servidor e conduta proibida no material. ( )
- 26 - O material trata brindes e hospitalidades como presentes e, por isso, sempre proibe seu recebimento. ( )
- 27 - O abandono de cargo ocorre apenas quando a ausencia supera 90 dias consecutivos, independentemente de intencionalidade. ( )
- 28 - A inassiduidade habitual se caracteriza por mais de 60 dias corridos, no periodo de 12 meses. ( )
- 29 - A Lei 12.813/2013, citada no material, trata de conflito de interesses e pode vedar o uso de informacao privilegiada do cargo para obter vantagem privada. ( )
- 30 - O material permite usar informacoes privilegiadas do cargo para vantagem privada, desde que nao gere dano financeiro ao Estado. ( )
- 31 - A lista de condutas proibidas no material e apresentada como "dentre outras", indicando que nao e exaustiva. ( )
- 32 - O material afirma que a Corregedoria atua apenas na fase de punicao, sem atividades investigativas. ( )
- 33 - O material define abandono e inassiduidade com os mesmos limites de dias e no mesmo formato. ( )
- 34 - O material aponta como proibicao a participacao em gerencia ou administracao de sociedade privada, mas admite excecao para acionista, cotista ou comanditario. ( )
- 35 - Abandono de cargo e inassiduidade habitual sao institutos distintos, com criterios diferentes de caracterizacao. ( )
- 36 - A disciplina conclui que foram abordadas atividades da Corregedoria, deveres e condutas proibidas, em linha com a perspectiva correcional no ambito da ANAC. ( )
- 37 - O material afirma que presentes sao permitidos quando nao ha expectativa de contrapartida, dispensando regra formal. ( )
- 38 - O material equipara participacao em associacao ao exercicio de comercio, por isso proibe. ( )
- 39 - O material evidencia que condutas proibidas e deveres podem ser objeto de apuracao, em especial quando envolvem abandono, inassiduidade ou conflito de interesses. ( )
- 40 - O material afirma que o uso de informacao privilegiada e aceitavel quando beneficia o servidor sem prejudicar terceiros. ( )
- 41 - O material aponta que, na agenda climatica ambiental, a OACI estabelece compromissos de reducao de emissoes de carbono do transporte aereo internacional. ( )
- 42 - O material afirma que emissoes domesticas sao definidas pela OACI e nao podem ser tratadas em politicas nacionais. ( )
- 43 - O material lista objetivos ambientais com crescimento neutro a partir de 2030 e descarbonizacao completa ate 2040. ( )
- 44 - O material aponta como terceiro objetivo a reducao de 50% das emissoes ate 2030 por SAF. ( )
- 45 - O material afirma que a ANAC atua, junto com outros orgaos do governo, no Comite de Protecao Ambiental da Aviacao (CAEP) da OACI. ( )
- 46 - O material cita que regras de certificacao ambiental sao estabelecidas pelo Anexo 6, Volumes I, II e III, da Convencao de Chicago. ( )
- 47 - O CAEP e citado como comite da OACI ligado a protecao ambiental da aviacao, nao sendo um orgao nacional brasileiro. ( )

- 48 - O material menciona que o SAF ja supera 3% da demanda global de combustiveis de aviacao. ( )
- 49 - O CORSIA e apresentado como mecanismo exclusivo para emissoes domesticas, sem relacao com voos internacionais. ( )
- 50 - A politica de sustentabilidade ambiental da ANAC se limita a gestao de resíduos, sem tratar de emissoes de carbono. ( )
- 51 - O material diferencia compromissos internacionais no ambito da OACI de compromissos domesticos, que podem ser tratados como questao soberana e em politicas nacionais. ( )
- 52 - O material menciona a descarbonizacao completa ate 2050 como meta de 2030. ( )
- 53 - O material afirma que metas so podem ser atingidas por compra de creditos, sem melhorias operacionais ou tecnologicas. ( )
- 54 - O material usa a sigla SAF (Sustainable Aviation Fuels) e associa seu uso a reducao de emissoes. ( )
- 55 - O material reconhece a soberania dos Estados quanto a emissoes domesticas, situando compromissos no escopo do Acordo de Paris. ( )
- 56 - O material descreve a ANAC apenas como executora de politicas de outros orgaos, sem participacao em forums internacionais. ( )
- 57 - O material apresenta objetivos ambientais da OACI e indica adesao do Brasil a esses objetivos. ( )
- 58 - O material afirma que o primeiro objetivo ambiental e crescimento neutro de emissoes de carbono a partir de 2021. ( )
- 59 - O material limita politica ambiental a assuntos locais e nao menciona Anexo 16 ou descarbonizacao. ( )
- 60 - O material afirma que emissoes internacionais sao soberanas de cada Estado e que a OACI nao tem papel no tema. ( )

#### GABARITO

1E 2E 3C 4E 5C 6E 7E 8C 9E 10E 11C 12C 13C 14E 15C 16C 17E 18E 19C 20C 21E 22E  
23E 24C 25C 26E 27E 28E 29C 30E 31C 32E 33E 34C 35C 36C 37E 38E 39C 40E 41C 42E  
43E 44E 45C 46E 47C 48E 49E 50E 51C 52E 53E 54C 55C 56E 57C 58E 59E 60E